



# Anais da Assembléia

136

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 120.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1986.  
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Spenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Edilson Alencar, Ivan Gubert, Mário Pereira, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos e Tadeu França (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Emendas:

PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL N. 151/86  
Artigo Único - o inciso I do artigo 89

da Constituição Estadual, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89 -

I - Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo um cargo de magistério superior, público ou particular, ou cargo, função ou missão especial a convite do Governador, e nos demais casos previstos nesta ou na Constituição Federal"

Sala das Sessões, em 20.11.86.

(aa) MÁRCIO ALMEIDA

TADEU LÚCIO MACHADO

ANIBAL KHURY

TRAJANO BASTOS

NELSON BUFFARA

EZEQUIAS LOSSO

ERVIN BONKOSKI

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

ACIR MEZZADRI

SÉRGIO SPADA

EDGARD PIMENTEL

TÉRCIO ALBUQUERQUE

GILBERTO CARVALHO

GABRIEL MANOEL

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

ANTÔNIO BELINATI

JORGE MAIA FILHO

EDMAR LUIZ COSTA

HERMAS BRANDÃO.

→ PROPOSTA DE EMENDA

À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL N. 152/86

Artigo Único - Os §§ 3.<sup>o</sup>, 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> do artigo 41 da Constituição Estadual, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - ... ..

§ 3.<sup>o</sup> - Os Conselheiros, em número de sete, serão nomeados pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros maiores de 35 anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou em administração pública, e terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas vantagens e vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça. Aplicam-se-lhes os impedimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça, constantes desta constituição.

§ 4.<sup>o</sup> - Os auditores do Tribunal de Contas em número de sete, serão, nomeados pelo governador, dentre brasileiros maiores de 30 anos, independentemente de aprovação pela Assembléia Legislativa, e observadas as demais exigências do parágrafo terceiro, com as mesmas garantias e prerrogativas dos conselheiros.

§ 5.º - A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas é constituída de nove procuradores, nomeados pelo Governador, dentre brasileiros maiores de 30 anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, com as mesmas garantias e prerrogativas dos auditores.

Sala das Sessões, em 20.11.86.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Jorge Maia Filho, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Nilso Sguarezi, Airtton Cordeiro, Antônio Annibelli, Leônidas Chaves, Nelson Buffara, Ferrari Júnior, Edgard Pimentel, Luiz Alberto Oliveira, Ervin Bonkoski, Djalma de Almeida César, Fuad Nacli, Eduardo Baggio, Tércio Albuquerque, Ezequias Losso, Basílio Zannusso, Wilson Fortes e Mário Pereira.

### Requerimento:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada para 1.º.12.86, às 11 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor NELSO VETTORELLO, de acordo com a Lei n. 8353, de 27 de agosto de 1986.

Sala das Sessões, em 20.11.86.

(a) EDGARD PIMENTEL

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N. 275/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- A rodovia que será inaugurada no mês de janeiro ligando Alexandra a Matinhos passa a denominar-se ELÍSIO PEREIRA ALVES FILHO.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.86.

(a) NELSON BÜFFARA

JUSTIFICATIVA: Feita em Plenário.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Não há expediente a ser lido. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR.ADHAILE SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está se realizando hoje, precisamente nesta hora, em Curitiba, uma solenidade

extraordinariamente aguardada por muitos e muitos anos, e que é motivo de muito júbilo para o povo de Curitiba, e de minha parte que, desde o meu tempo de vereador à Câmara Municipal de Curitiba, tratava do assunto, é também motivo de muita satisfação.

Quero me referir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, à assinatura da escritura de compra do imóvel localizado à Rua Barão do Rio Branco, nesta Capital, onde o Governo do Estado, ao adquirir este imóvel, irá neste ambiente implantar o Centro de Convenções de Curitiba, uma das reivindicações mais antigas, não só da cidade, mas, como um todo, por parte daqueles segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, estão envolvidos, como é a problemática do turismo, incluindo aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, todo o setor hoteleiro, e o setor comercial da Capital.

Não se justifica, e isto há quinze anos atrás, não se justificava a Capital do Estado do Paraná, ser uma das poucas Capitais do Brasil, dos Estados mais avançados, sem ter esse equipamento urbano de grande valia, de grande importância, para o desenvolvimento da indústria de cem chaminés. Não se justificava, Curitiba não possuir um Centro de Convenções localizado adequadamente, de modo a poder a Capital do Paraná, ter condições de receber seminários, congressos os mais variados, de forma a poder essa cidade ser, incluída de fato, entre aquelas que estivessem em condições de atender a essa grande necessidade de qualquer Capital que se preze.

Por isso, venho à tribuna, nesta oportunidade, para me congratular com Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, João Elísio Ferraz de Campos, que encontrou condições para atender aquela reivindicação que estávamos encaminhando a tanto tempo, desde o tempo de vereador, há quinze anos atrás, mas, que agora inicia a fase objetiva de sua concretização, porque uma vez comprado o imóvel do antigo Cine Vitória, na Rua Barão do Rio Branco, naturalmente, esperamos e temos certeza, que o futuro Governador do Estado, o Senador Álvaro Dias há de encaminhar os recursos financeiros necessários para as pequenas obras, e dar atenção ao imóvel a fim de que nós possamos ter, o mais breve possível, aqui em Curitiba, o local extraordinariamente adequado, para poder realizar congressos, os mais variados, e poder consequentemente Curitiba, se incluir no rol daquelas cidades, capitais dos Estados equipadas com este centro de convenções, de grande importância sócio-econômica e política, para qualquer cidade.

Congratulo-me, renovo aqui meus cumprimentos e parabéns ao Governador João

Elísio Ferraz de Campos, que encontrou meios e formas, para atender a essa reivindicação do povo de Curitiba.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PC do B, se fará uso de seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. (Pausa). (Ausente).

Consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB. (Declina).

Finalmente, havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente,

Passando à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria dos Srs. Deputados Márcio Almeida, José Antônio Fonseca, Tadeu Lúcio Machado e demais Srs. Deputados, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

Proposta de emenda constitucional de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

→ 4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 231/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO APOLO, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDA SUBSTITUTIVA DE 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO.

Em votação a Emenda Substitutiva de 3.<sup>a</sup> Discussão.-Aprovada.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 83/86, de autoria do Deputado TRAJANO BAS-TOS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PITANGA - APAE, com sede e foro na Cidade de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 98/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que assegura aos aposentados nos regimes das Leis ns. 7074 e 7122/79, que tiverem incluídas em seus proventos, as vantagens da Lei n. 6794, de 08/06/76 e os direitos a este benefício, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de n. 01, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 01 AO PROJETO DE LEI N. 98/84.

Artigo Único - Inclua-se onde couber:

Art. ... - Os cargos em comissão de Consultor Técnico - categoria "C", de que trata a Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, ficam transformados em cargos isolados de provimento efetivo, mantidos os provimentos atuais, mesma denominação, categoria, atribuições, percentuais de vencimentos e demais vantagens, assegurado o exercício contínuo para todos os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 20.11.86.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoio: Edmar Luiz Costa, Edgard Pimentel, Ezequias Losso, Anibal Khury.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

→ Emenda.- Aprovada.

→ 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 98/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 65/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação de um terreno de propriedade do Estado, com 1.470m<sup>2</sup> de área, objeto da Matrícula n. 7301, do livro 3-F, do 1.<sup>o</sup> Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 2 AO PROJETO DE LEI N. 98/86

Inclua-se onde couber:

"Art. - O prazo final para a fruição dos benefícios concedidos pelas Leis ns. 8278, de 16 de janeiro de 1986 e n. 8324, de 30 de maio de 1986, fica dilatado para 27 de fevereiro de 1987".

Sala das Sessões, em 20.11.86.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamto: Antônio Belinati, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Francisco Escorsin, Nelson Buffara, Ezequias Losso, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Tércio Albuquerque, Adhail Sprenger Passos, Werner Wanderer, Edgard Pimentel, Gabriel Manoel, Tadeu Lúcio Machado, Ferrari Júnior, Trajano Bastos, Basílio Zanusso, Sérgio Spada, Nelson Vasconcellos, Augusto Carneiro, Djalma de Almeida César, Tuguio Setogutte, Gilberto Carvalho, Ervin Bonkoski. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda.- Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 101/86 (Mensagem n. 130/86 - ex-Proposição n. 129/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 14/86-SETR, celebrado em 30.06.86, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias da Segurança, dos Transportes e o DNER, com a interveniência da Polícia Militar do Estado, objetivando proporcionar policiamento junto às instalações dos PPVS, em rodovias federais. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 102/86 (Mensagem 121/86 - ex-Proposição n. 125/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com os Municípios e nas datas adiante mencionados, objetivando a execução de obras de interesse do DETRAN, nos municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 179/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que estabelece que da taxa adicional instituída pelo art. 2º, da Lei 7809, de 29.12.83, será destinado 50% (cinquenta por cento) ao Programa de Assistência do Menor e 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Penitenciário, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 179/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A taxa adicional instituída pelo Art. 2º, da Lei n. 7809, de 29 de dezembro de 1983, terá a seguinte destinação: 50% (cinquenta por cento) ao Programa de Assistência ao Menor e 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Penitenciário, criado pela Lei 4955, de 13 de novembro de 1964.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.84.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Acir Mezzadri, Tadeu Lúcio Machado, Osvaldo Alencar Furtado, Caíto Quintana, Roberto Requião, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco e Jorge Maia Filho.

JUSTIFICATIVA:

Indubitavelmente, o aumento do índice de criminalidade no País atinge níveis assustadores. Diversas propostas têm sido apresentadas para que se possa proporcionar aos cidadãos a tranqüilidade e segurança necessárias a uma vida útil e produtiva.

Nós somos daqueles que acreditamos que a atuação do Poder Público, no que concerne à segurança da população e o controle das manifestações de violência, que atemorizam e fazem viver em contínuo sobressalto, deve-se consubstanciar, principalmente, ao atendimento ao menor desamparado que, se obtiver no período crucial de sua existência a orientação segura, no sentido de vir a levar uma vida honesta e produtiva, não virá a ser o marginal de amanhã, semeando violência e iniquitação no seio da sociedade.

É por isso mesmo, que julgamos muito oportuno o presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o indispensável apoio desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 179/84

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em questão, iniciativa do nobre Deputado Anibal Khury, pretende que a taxa adicional instituída pelo art. 2º, da lei n. 7809, de 29 de dezembro de 1983, terá a seguinte destinação: 50% ao programa de Assistência ao Menor e 50% ao Fundo Penitenciário, criado pela Lei n. 4955, de 13 de dezembro de 1964.

A intenção do autor é carrear maiores recursos ao atendimento ao menor desamparado, dando-lhes condições de levar uma vida honesta e produtiva. Merece, portanto, nosso integral apoio.

No que cabe a esta Comissão de Consti-

tuipão e Justiza examinar, não encontramos qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a tramitação da matéria.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.09.84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 179/84

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, com apoio de diversos Deputados, o presente Projeto tem por finalidade destinar 50% para o Programa de Assistência ao Menor, da taxa adicional instituída pelo art. 2º, da Lei n. 7809, de 29 de dezembro de 1983, e 50% para o Fundo Penitenciário, criado pela lei n. 4955, de 13 de novembro de 1964.

A matéria já foi devidamente analisada na Douta Comissão de Constituição e Justiça que a julgou legal, constitucional e regimental, dando-lhe Parecer Favorável.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, não encontramos nada que venha a obstruir sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso Parecer é favorável, por sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.86.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 91/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro DILSON DOMINGOS FUNARO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 91/86.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro Dilson Domingos Funaro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoio:

Paulo Furiatti, Tadeu França, Orlando Pessuti, Eduardo Baggio, Dirceu Manfrinato, Amélia Hruschka, Nestor Bap-

tista, Nilso Sguarezi, Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa, Fiori Luiz, José Antônio Fonseca, Trajano Bastos, Homero Oguido, Anibal Khury e Quielise Crisóstomo.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 91/86

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro DILSON DOMINGOS FUNARO.

O "curriculum vitae" que acompanha o Projeto, demonstra ser o homenageado digno do reconhecimento da comunidade que ele vem servindo, abalizando a honraria que hora lhe vem prestar o Estado do Paraná.

Preenche o Projeto os requisitos legais e regimentais, estando dessa forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais condições, somos de opinião FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

Edmar Luiz Costa - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 176/86, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO OESTE DO PARANÁ - ACAMOP"; com sede e foro na Cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 80, de 12.08.86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 176/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Mário Pereira, o presente Plano de Lei, tendo como objetivo declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO OESTE DO PARANÁ - ACAMOP", com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental que possa impedir sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

TRAJANO BASTOS - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 221/86, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública a "CÁRITAS DIOCESANA DE FOZ DO IGUAÇU", com

sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A.n.104, de 24.09.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 221/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Sérgio Spada, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a "CÁRITAS DIOCESANA DE FOZ DO IGUAÇU", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 1.º de dezembro do corrente ano, às 11 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Nelso Vettorello.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 232/86, 98/84 e 98/86; e dos Projetos de Resolução n. 101 e 102/86.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 179/84, 91, 176 e 221/86.

1ª DISCUSSÃO - da Proposição n. 88/86.

Levanta-se a sessão.

4ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura  
ATA DA 27ª Sessão Extraordinária  
REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1986.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielise Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias

Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Edilson Alencar, Mário Pereira, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos e Tadeu França (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.139/86 (Mensagem Governamental n.139/86), oriunda do PARECER FAVORÁVEL, POR UNANIMIDADE, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, e que submete à apreciação desta Assembléia Legislativa a indicação do Doutor João Cândido F. da Cunha Pereira, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme os termos dos artigos 22, inciso IX, "in fine" e 41, § 3., da Constituição Estadual. EM REGIME DE URGÊNCIA.

MENSAGEM N.139/86

Curitiba, 20 de outubro de 1986.  
Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 22, inciso IX, "in fine" e 41, § 3. da Constituição Es-



"in fine" e 41, § 3º da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, a indicação do Doutor João Cândido F. da Cunha Pereira, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A notória experiência profissional do indicado, como médico, professor universitário, Secretário de Estado e como titular de outras importantes funções públicas, exercidas durante várias décadas, conferem-lhe plenas condições para exercer com a maior eficiência as elevadas funções de Conselheiro da Corte Estadual de Contas.

Para que essa Augusta Casa de Leis possa melhor julgar o acerto da indicação ora formulada, é anexado o "curriculum vitae" do Doutor João Cândido F. da Cunha Pereira, onde está sucintamente demonstrada sua grande capacidade para o exercício do mencionado cargo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS.

Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.139/86

##### PARECER:

A Mensagem n.139/86, do Chefe do Poder Executivo tem por objetivo submeter à apreciação desta Casa de Leis a indicação do Doutor João Cândido F. da Cunha Pereira, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A matéria cumpre os termos da Constituição Estadual, tanto em seu art.22, inciso IX, "in-fine", quanto no seu art.41, § 3º. Portanto, a mesma está de acordo com os seus aspectos legais e constitucionais.

Por outro lado, a inegável capacidade profissional do indicado, revelada não só por sua profícua formação acadêmica e pelas inúmeras funções profissionais às quais se dedicou - particularmente como professor universitário e Secretário de Estado.

Neste sentido, estamos convictos do acerto da indicação em pauta. Temos a certeza que o indicado, dada a sua já demonstrada experiência, saberá exercer com a necessária eficiência as elevadas funções de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, como não há nada que impeça a tramitação da referida Proposição, manifestamos nosso parecer FAVORÁVEL à mesma, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29/10/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Esta Presidência deseja esclarecer que antes do início da discussão e votação, a Casa deliberará sobre o nome proposto em Discussão Única, pelo voto da maioria absoluta, mediante escrutínio secreto. É o inciso 9, parágrafo único, do artigo 22, da Constituição do Estado.

Em discussão a Proposição n.139/86.

Encerrada a discussão, passa-se à votação, que se fará por escrutínio secreto.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Para encaminhar à votação.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Já darei a palavra a Vossa Excelência os Senhores Deputados que desejarem votar a favor do nome proposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador colocarão na urna, a cédula com a palavra "sim", e os Senhores Deputados que votarem contra a utilização da cédula, a palavra "não". A cabine indevassável se encontra à direita da mesa, onde se encontram as sobrecartas contendo as cédulas de votação que deverão ser introduzidas na urna que se encontra sobre a mesa.

Com a palavra, o Senhor Deputado Airtton Cordeiro, para encaminhar a votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar do escrutínio, quero declarar o meu voto favorável à indicação do ilustre paranaense, João Cândido Cunha Pereira, para integrar o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Devo reconhecer que é a primeira manifestação que faço neste sentido, nos dois mandatos parlamentares nesta Casa, quando se tratou de indicação para o Tribunal de Contas, porque sempre entendi que o Tribunal de Contas se transformou aqui no Paraná, no caminho daqueles que já frustrados com o política ou cansados com a mesma, a deixaram e foram premiados com uma vaga para o Tribunal de Contas do nosso Estado.

Não é o caso do nome do Dr. João Cândido Cunha Pereira que, indicado pelo Governador do Estado, deverá obviamente, ter o seu nome aprovado por este Plenário e por este Poder. Devo mencionar mais, por se tratar de uma pessoa de família tradicional, com raízes vinculadas integralmente a este Estado, merece a indicação, o nosso voto, o nosso apoio e o nosso louvor. Da mesma forma, como homenagem o Governador do Estado por indicação tão clara, tão paranista e tão justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente.

Quero, em nome do PFL, dizer que sua Bancada está em quase sua totalidade neste Plenário, e que parabeniza e irá votar favorável ao nome do Dr. João Cândido da Cunha Pereira, que é pessoa que merece todo o crédito da Bancada do Partido da Frente Liberal.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado a Vossa Excelência e devidamente autorizado pelo Deputado Fuad Nacli, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro desta Casa, nós queremos também que fique consignado em Ata, o apoio da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, à indicação do Sr. Governador do Estado, do ilustre paranaense Dr. João Cândido da Cunha Pereira, para ocupar uma das vagas no Tribunal de Contas do Estado.

Em meu nome pessoal, Senhor Presidente, embora eu considere que todas as indicações até agora feitas por aquela Corte foram justas, porque todos os homens que lá morejam, que lá labutam e que integram aquela Corte, são homens de mais alta respeitabilidade no nosso Estado.

Quero declarar, Senhor Presidente, que me considero gratificado ao dar o meu voto ao Sr. João Cândido da Cunha Pereira, porque sou um dos veteranos da política neste Estado. Convivi com Sua Excelência no tempo em que era Secretário do Trabalho e pude aquilatar de perto a sua personalidade, as suas qualidades de trabalho, principalmente a alta sensibilidade humana que exorta o caráter desse moço, notável pela conduta que vem tendo na sociedade paranaense.

Acho que o Governador João Elísio foi felicíssimo, primeiro, como disse o nobre Deputado Airton Cordeiro, ao dar uma solução eminentemente paranista à vaga do Tribunal de Contas do Estado e em segundo lugar, por premiar um homem que, ao longo de sua vida tem sido um verdadeiro sacerdote no atendimento às pessoas necessitadas, às pessoas de baixa renda, às pessoas que bateram às portas do Governo na oportunidade em que ele era Secretário e que batem agora às portas de sua casa e de seu coração. Ele tem atendido a todos, com aquele sorriso amigo e tem sido realmente um apóstolo dos menos favorecidos pela sorte.

Nunca houve uma indicação mais justa do que esta para o Tribunal de Contas do Estado, Sr. Presidente, e eu me sinto extremamente honrado ao dar o meu voto favorável a este eminente paranaense.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta é a primeira vez que nós ocupamos a tribuna, ao ensejo em que o Sr. Governador faz a indicação de um Conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Queremos também, manifestar oficialmente o nosso voto a favor dessa indicação e até, Sr. Presidente, com muita humildade, elogiar o Sr. Governador João Elísio, pela felicidade de ter escolhido um homem tão honrado, com uma folha de serviços tão grande prestados ao nosso Paraná.

Foi muito feliz, o Sr. Governador João Elísio ao escolher o Dr. João Cândido para esta vaga do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e por esta razão, Sr. Presidente, nós temos aqui a humildade para reconhecer e para parabenizar o Sr. Governador, e até o próprio Paraná, que sai engrandecido com a escolha de um filho tão ilustre, de uma família tão tradicional, tão querida e tão respeitada em nosso Paraná.

O nosso voto é a favor da indicação do Dr. João Cândido da Cunha Pereira.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora o Líder da minha Bancada já se tenha manifestado, só para acrescentar, Sr. Presidente, não poderia deixar de manifestar, neste momento, embora seja votação secreta, a minha posição de voto, porque conhecendo como eu conheço o médico Dr. João Cândido da Cunha Pereira, pessoa íntegra e capaz e que eu tive a felicidade de conviver com ele na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, fico satisfeito com esta indicação e cumprimento o Governador por esta feliz indicação, e é com grande satisfação que nós vamos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. ERVIN BONKOSKI - (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, falo em nome da Bancada do meu Partido, PMDB, e em meu próprio nome, nós que conhecemos o Doutor João Cândido da Cunha Pereira, há longos anos, que convivemos com Sua Excelência, através das várias atividades dentro da nossa sociedade, o conhecemos como um Líder, como homem preocupado com as causas sociais, como um intelectual, uma pessoa de mais alta cultura e sobretudo como homem voltado para as causas públicas.

Louvamos o nosso Governador João Elísio Ferraz de Campos, pela indicação desse ilustre concidadão de família tradicional do Paraná, dotado de todas as virtudes e



por conseguinte nós da Bancada do PMDB, e particularmente como seu amigo, queremos deixar registrado nos Anais desta Casa, nosso apoio irrestrito à indicação desse ilustre médico, desse homem público, desse líder das comunidades, desse homem que acompanha todos os segmentos sociais, para ocupar o cargo de Conselheiro do nosso Tribunal de Contas.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui o registro e o nosso apoio a essa indicação.

Muito obrigado.

O SR. EDGARD PIMENTEL - (Para encaminhar)  
- Senhor Presidente, apenas para dar o testemunho pessoal de que a nossa presença, hoje, nesta Casa, quando tínhamos afazeres particulares, se deve ao compromisso que assumimos com essa figura extraordinária, com esse paranaense modelo, para aqui estamos aprovando o seu nome, a sua indicação para o Tribunal de Contas.

De forma que, quero registrar em meu nome pessoal, Senhor Presidente, a alegria de podermos contribuir com a eleição do Doutor João Cândido da Cunha Pereira para o Tribunal de Contas.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Com a palavra, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, não poderia deixar de registrar, neste momento, o júbilo pelo fato de estar sendo indicado para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para Conselheiro, o Doutor João Cândido da Cunha Pereira.

Conheço a família Cunha Pereira há muitos anos, e, particularmente, tenho visto o grande denodo às causas paranistas que têm sido demonstradas no decorrer dos anos.

Por isto, sinto-me muito feliz, nesta oportunidade, em participar desta sessão e dar o meu voto favorável, sabendo que o Doutor João Cândido da Cunha Pereira, estará enriquecendo aquele Órgão de Contas do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. WERNER WANDERER (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Com a palavra, o Senhor Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER - Também, não poderia deixar de dizer da minha satisfação e do meu contentamento pela feliz iniciativa do Governador João Elísio em indicar para Conselheiro do Tribunal de Contas, o nosso amigo João Cândido da Cunha Pereira.

Há muitos anos, conhecemos este médico, este paranista, homem que tem ajudado a educação do Paraná, já que; também participou da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, e mesmo sendo voto secreto, nós queremos dizer que estaremos apoiando integralmente esta indicação, porque é das mais justas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados para o ato de votação.

(O SR. 1º SECRETÁRIO PROCEDE À CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES DEPUTADOS)  
(Votaram quarenta e sete Senhores Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Votaram 47 Senhores Deputados. Para escrutinar, chamo os Senhores Deputados Fuad Nacli, Ailton Cordeiro e Tadeu Lúcio Machado.

A Mesa anuncia o resultado da votação secreta: trinta e nove Deputados votaram, sim; quatro Deputados se abstiveram de votar, votaram em branco e quatro Deputados, votaram, não.

Face do resultado apurado, essa Presidência declara aprovado o nome do Senhor Doutor João Cândido da Cunha Pereira, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, pela Assembleia Legislativa.

Esta Mesa cumprimenta, o Senhor Doutor João Cândido da Cunha Pereira escolhido por trinta e nove Senhores Deputados pelas qualidades, pelos dotes que o mesmo possui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

